



Mayo 2020 - ISSN: 1988-7833

CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ NO PERÍODO 2005 A 2016

Joyce dos Santos Saraiva¹
joyce.saraiva77@gmail.com

Marcos Antônio Souza Dos Santos²
marcos.marituba@gmail.com

Geany Cleide Carvalho Martins³
geany.martins@ufopa.edu.br

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Joyce dos Santos Saraiva , Marcos Antônio Souza Dos Santos y Geany Cleide Carvalho Martins (2020): "Crescimento e desenvolvimento economico dos municipios do estado do Pará no periodo 2005 a 2016", Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (mayo 2020). En línea:

<https://www.eumed.net/rev/cccss/2020/05/crescimento-desenvolvimento-economico.html>
<http://hdl.handle.net/20.500.11763/cccss2005crescimento-desenvolvimento-economico>

RESUMO

Para evidenciar a evolução econômica e social de uma região se faz necessário avaliar os índices de crescimento e desenvolvimento econômico, retratando a real qualidade de vida da sociedade. O objetivo do trabalho foi estabelecer uma análise de indicadores relacionados ao crescimento e ao desenvolvimento econômico dos municípios do estado do Pará no período de 2005 a 2016. Para o desenvolvimento do trabalho foram utilizadas as bases de dados do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), o Tesouro Nacional, a partir do banco de dados das Finanças do Brasil (Finbra) para acesso a orçamentos municipais, além do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para consulta aos dados de PIB e PIB *per capita* dos municípios. Os resultados indicam que a renda *per capita* exibiu uma taxa média de crescimento de 8,05%, sendo a microrregião de Belém a de maior participação, porém, apresentando menor crescimento durante os anos analisados. Os gastos públicos nas funções saúde e educação apresentaram crescimento no período analisado, explicando pequenas melhorias nos indicadores de desenvolvimento municipal. Para o IFDM, os componentes que apresentaram maior participação foram Saúde e Educação, mas o crescimento econômico apresentado não foi capaz de aumentar as condições de geração de emprego no estado.

Palavras-Chave: Economia Regional, Indicadores Socioeconômicos, Planejamento Regional, Amazônia.

¹ Engenheira agrônoma; Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Agronomia da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA).

² Economista; Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Agronomia da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA); Professora da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

³ Engenheiro agrônomo; Doutor em Ciência Animal; Professor do Programa de Pós-Graduação em Agronomia da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA).

ECONOMIC GROWTH AND DEVELOPMENT OF THE MUNICIPALITIES OF THE STATE OF PARÁ FROM 2005 TO 2016

ASBTRACT

In order to highlight the economic and social evolution of a region, it is necessary to evaluate the growth and economic development indexes, portraying the real quality of life in society. The objective of the work was to establish an analysis of the relationship between growth and economic development in the municipalities of the state of Pará in the period from 2005 to 2016. For the development of the work, the databases of the FIRJAN Municipal Development Index (IFDM), the National Treasury, from the Brazilian Finance database (Finbra) for access to municipal budgets, in addition to the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) for consulting the GDP and GDP data per capita of the municipalities. The results indicate that the per capita income exhibited an average growth rate of 8.05%, with the micro-region of Belém having the highest participation, however, presenting the lowest growth during the analyzed years. Public expenditures in the health and education functions grew in the period analyzed, explaining small improvements in municipal development indicators. For the IFDM, the components that showed the greatest participation were Health and Education, but the economic growth presented is not capable of increasing the conditions of job creation in the state.

Key words: Regional Economy, Socioeconomic Indicators, Regional Planning, Amazon.

CRECIMIENTO ECONÓMICO Y DESARROLLO DE LOS MUNICIPIOS DEL ESTADO DE PARÁ DE 2005 A 2016

RESUMEN

Para resaltar la evolución económica y social de una región, es necesario evaluar las tasas de crecimiento y desarrollo económico, retratando la calidad de vida real en la sociedad. El objetivo del trabajo fue establecer un análisis de la relación entre el crecimiento y el desarrollo económico en los municipios del estado de Pará en el período de 2005 a 2016. Para el desarrollo del trabajo, se utilizaron las bases de datos del Índice de Desarrollo Municipal de FIRJAN (IFDM), el Tesoro Nacional, de la base de datos de Finanzas de Brasil (Finbra) para acceder a los presupuestos municipales, además del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) para consultar los datos del PIB y el PIB per cápita de los municipios. Los resultados indican que el ingreso per cápita exhibió una tasa de crecimiento promedio de 8.05%, con la micro región de Belém teniendo la mayor participación, sin embargo, presentando el menor crecimiento durante los años analizados. El gasto público en las funciones de salud y educación creció en el período analizado, explicando pequeñas mejoras en los indicadores de desarrollo municipal. Para el IFDM, los componentes que mostraron la mayor participación fueron Salud y Educación, pero el crecimiento económico presentado no es capaz de aumentar las condiciones de creación de empleo en el estado.

Palabras clave: economía regional, indicadores socioeconómicos, planificación regional, Amazonía.

1 INTRODUÇÃO

Comumente, para evidenciar a evolução econômica de um país ou região, faz-se uma análise a partir dos valores da produção, mensurados pelo Produto Interno Bruto (PIB). Entretanto, a análise sob apenas esse aspecto não retrata a realidade de uma sociedade composta de vários elementos que irão determinar a qualidade de vida das pessoas, inclusive esse crescimento em algumas situações pode até reforçar desigualdades (ATLAS, 2014). Para uma análise mais ampla é necessário a inter-relação entre os índices de crescimento e desenvolvimento econômico. O desenvolvimento econômico incorpora em seu conceito conquistas sociais relacionadas a equilíbrio da renda, educação, saúde, participação política, preservação ambiental, dentre outros, demonstrando assim o perfil econômico e social de um país ou região.

Este estudo tem como objetivo analisar a relação entre o crescimento e o desenvolvimento econômico dos municípios do estado do Pará no período de 2005 a 2016, utilizando as bases de dados do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), do Tesouro Nacional, a partir do banco de dados das Finanças do Brasil (Finbra) para acesso a orçamentos municipais, e ainda do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para consulta aos dados de PIB e PIB *per capita* dos municípios.

O Estado do Pará possui um extenso território com aproximadamente 1.247.955,238 km², onde pode ser visto grandes diferenças regionais, apresentando distintos níveis de desenvolvimento entre os municípios, dessa forma é possível perceber que alguns possuem um grande potencial de desenvolvimento e outros estão basicamente estagnados no tempo. Devido a isto, tem-se regiões com diferentes dinâmicas econômicas em toda sua extensão. O Pará tem sua economia associada ao extrativismo mineral, vegetal, pecuária, agricultura e na agroindústria (IBGE, 2018). Com a chegada de grandes indústrias de extração e também com o aumento da agropecuária o Sul do Pará vem aumentando sua renda média bem mais que o Nordeste paraense e o Arquipélago de Marajó, gerando assim grandes disparidades entre as regiões quanto ao número de empregos formais do estado (IBGE, 2019).

O Pará apresenta grande potencial em minério de ferro, detendo as duas maiores jazidas, que estão localizadas em Oriximiná e na da Serra dos Carajás. É um estado que possui grandes riquezas naturais e regiões que se diferem socioeconomicamente. Posto isto, a questão central deste trabalho é analisar como se dá a relação entre crescimento e desenvolvimento econômico nos municípios paraenses.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Após a Segunda Guerra Mundial, os debates sobre crescimento e desenvolvimento econômico foram acirrados, surgindo diversas concepções (OLIVEIRA, 2002). Seu marco foi estabelecido com o surgimento do capitalismo, pois antes disso os estágios econômicos das sociedades mostravam-se estagnados, sendo pequenas suas variações ao longo dos anos (MILONE, 2004).

De acordo com SOUZA (2012),

Não existe uma definição universalmente aceita de desenvolvimento. Uma primeira corrente de economistas, de inspiração mais teórica, considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Já a segunda corrente, voltada para a realidade empírica, entende que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não condição suficiente.

Até a década de 1960, o conceito de desenvolvimento esteve muito ligado a questões monetárias. Entretanto, no fim desta mesma década, foi possível observar que desenvolvimento fazia referência a questões quantitativas e não qualitativas, ignorando o bem-estar da sociedade (BARRO, 1991). Após esse período, houve evolução nos conceitos de crescimento e desenvolvimento. O crescimento, foi considerado como aumento do Produto Interno Bruto ao longo de um período de tempo e ao desenvolvimento, além do fator quantitativo, foram incorporados outros componentes, dando atenção para o caráter “humano” acrescentado no debate (OLIVEIRA et al., 2015).

Para Milone (2004) o desenvolvimento econômico é a interação entre três fatores, o aumento na produção, seguido de mudanças nas disposições técnicas e institucionais, além do crescimento. O crescimento é um processo para geração de renda que está inserido num contexto histórico e institucional (AMITRANO, 2013). Não há sentido em haver apenas o crescimento econômico sem que haja, juntamente, o desenvolvimento social, que irá possibilitar a qualidade de vida da sociedade. Nesse sentido, para alcançar o verdadeiro desenvolvimento é necessário a redução da desigualdade e pobreza (OLIVEIRA, 2002).

Segundo Souza (2012), o crescimento econômico contínuo deve existir sendo superior ao crescimento demográfico, para que haja a definição de desenvolvimento econômico. Se essa relação ocorrer, também haverá o aumento no nível de emprego e arrecadação pública, concedendo a possibilidade de o governo investir em programas que beneficiem os mais necessitados. Desenvolvimento está estritamente ligado ao aumento da possibilidade de escolha, não somente de bens materiais, mas sim das oportunidades de amplificar o potencial do indivíduo que depende de fatores culturais e sociais, como saúde, educação, comunicação, direitos e liberdade (VEIGA, 2001).

Para Souza (2012), renda insuficiente para as necessidades básicas e o número de pessoas pobres é uma das principais formas de evidenciar o nível de desenvolvimento, pois isso afeta o crescimento do mercado interno e se agrava em períodos de crises econômicas.

Furtado (1974), diz que,

O subdesenvolvimento nada tem a ver com idade de uma sociedade ou país, e o parâmetro para medi-lo é o grau de acumulação do capital aplicado aos processos produtivos e o grau de acesso ao arsenal de bens finais que caracterizam o que se convencionou chamar de estilo de vida moderno.

De acordo com Sen (2010), para que se alcance o verdadeiro desenvolvimento é necessário que se removam as principais fontes de privação de liberdade, como pobreza, destituição social, falta de oportunidades econômicas, displicência dos serviços públicos, entre outros.

2.2 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a nova perspectiva sobre o conceito de desenvolvimento foram apresentados em 1990, no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (ATLAS, 2014). Segundo PNUD (2013),

O conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser. Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. A renda é importante, mas como um dos meios do desenvolvimento e não como seu fim.

A qualidade de vida da sociedade passou a ser priorizada nesse novo conceito, incluindo também indicadores como o IDH, igualdade de renda, bem-estar, entre outros (PREARO et al., 2015). Bresser-Pereira (2017), diz que o desenvolvimento humano é comumente compreendido como a relação e equilíbrio entre quatro fatores, o desenvolvimento social, político, econômico e ambiental.

Considerando a liberdade do indivíduo, o IDH agrega três princípios bases: longevidade, educação e renda (ATLAS, 2014), pois propiciar somente renda as pessoas não é eficiente, Oliveira et al. (2015), diz que se faz necessário remover as privações. Nesse sentido Schwartzman (2006) afirma que a educação tende a ser prioridade, pois o investimento em educação, quando bem administrado, capacita os indivíduos, tornando-os mais produtivos.

No ano de 2012, foi criado o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) para os 5.565 municípios brasileiros, resultado da adaptação da metodologia do IDH Global (ATLAS, 2014). A partir do IDHM é possível captar as informações socioeconômicas sobre todos os municípios do país.

2.3 ESTADOS E GASTOS PÚBLICOS

Para DIVINO et al. (2012),

Um dos instrumentos que o governo tem à sua disposição é a política fiscal, que pode ser usada tanto em despesas correntes quanto em gastos de capital. No primeiro caso, enquadram-se gastos com distribuição de renda, educação, saúde e segurança pública, enquanto no segundo configuram despesas com infraestrutura, transporte e comunicação. Pode-se perceber que há uma diferença substancial entre o gasto corrente e o gasto de capital. A intuição induz, na maioria das vezes, a pensar que investir em acumulação de capital e aumentar o potencial da economia de gerar bens e serviços é sempre melhor para o crescimento econômico. Isto decorre de uma

visão viesada de que o gasto com capital é produtivo e gasto corrente é improdutivo.

Para a política fiscal, os gastos públicos são os principais mecanismos de ação do governo. A grande discussão está em analisar as variações das despesas, sem ser visível o resultado atingido com a magnitude de determinado gasto, ou seja, a única visão possível é perceber os gastos quantitativos do governo (SILVA et al., 2013).

Com o passar dos anos, os gastos do governo têm aumentado consideravelmente (NEDUZIAK et al., 2017). Assim, é relevante fazer uma análise referente aos gastos públicos municipais, pois é na esfera do município que são efetivados os recursos destinados pela esfera estadual e pela União, e os resultados esperados por entes governamentais irão depender da alocação eficiente desses gastos (MARINHO et al., 1999). Está claro que os gastos públicos contribuem para o crescimento de uma região, entretanto, seu impacto ainda não é nitidamente estabelecido (AFONSO et al., 2005).

Ainda que seja importante a compreensão acerca da relação entre gasto público e crescimento econômico, Rocha et al. (2007) afirmam que, até na literatura internacional os resultados dessa relação não se mostram tão claros. “Nem a teoria econômica tampouco evidências empíricas, indicam respostas claras” (DEVARAJAN, 1996).

Na literatura, não é possível ver unanimidade sobre qual a dimensão do Estado e quais as prioridades para assegurar a qualidade de vida da população, comumente, na economia, é avaliado a atuação e intervenção do Estado, isso é feito por meio dos dispêndios públicos efetuados pelo governo (MEDEIROS et al., 2018).

Como é no nível municipal que se dá a efetivação dos gastos públicos para atender às necessidades da população, a eficiência alocativa desses gastos é condição necessária para que os esforços do setor público estadual e federal possam alcançar os objetivos esperados (MARINHO et al., 1999). Segundo Scarpin et al. (2007), é dever do governante eleito pela população administrar corretamente as finanças públicas de modo a estimular desenvolvimento. Segundo SILVA et al. (2013),

Os efeitos de políticas fiscais sobre o crescimento econômico destacam-se no âmbito das finanças públicas não só pelos argumentos de que os altos custos da tributação, aliados à alocação ineficiente dos gastos públicos, promovem uma forte barreira ao crescimento econômico, mas também pelo enfoque que considera que uma regra para o crescimento sustentável programa-se pela manutenção da oferta de bens públicos, os quais consistem em externalidades positivas sobre o nível de atividade econômica ao encorajar o investimento, providenciando, assim, uma condição ótima em direção ao crescimento econômico.

Os autores Rocha e Giuberti (2007) que avaliaram a relação de gastos públicos correntes e de capital com o crescimento econômico no período de 1986 a 2002. Constataram que os gastos de capital estimulam o crescimento, tendo uma relação positiva, já os gastos correntes são considerados produtivos até um determinado ponto. Também apontaram que corte nos gastos em consumo seria mais conveniente à economia do que cortes nos gastos em investimento.

Para Rodrigues e Teixeira (2010), que avaliaram o gasto público e crescimento econômico no Brasil, fazendo uma análise comparativa dos gastos das esferas de governo. Apontam que os impactos dos gastos públicos sobre o crescimento econômico mostram que investimento deve ser visto como prioridade, pois este é o gasto mais relevante e a esfera estadual é a que indica maior competência de alavancar o crescimento econômico.

Para Araújo, Monteiro e Morais (2014), que avaliaram os gastos públicos e o crescimento econômico do estado do Ceará. O capital físico e humano contribui para elevar o crescimento dos municípios cearenses, sendo o impacto do capital humano, maior do que o físico. Por isso, para se ter resultados no aumento do produto são necessárias políticas públicas direcionadas a ampliação da educação.

3 METODOLOGIA

3.1 ÁREA DE ESTUDO

A área de referência da pesquisa é o Estado do Pará que possui 144 municípios (IBGE, 2019). O Pará está localizado na região Norte do Brasil, sendo Belém a sua capital. Conforme

contagem populacional realizada pelo IBGE (2018) e possui 8.334.346 habitantes distribuídos em uma área de 1.247.955,238 km². A participação da economia paraense no PIB nacional, no referido ano, foi de 2,2%. Os principais componentes do PIB do Pará, no ano de 2016, foram: agropecuária com 13,76%, indústria com 25,26%, serviços com 38,41% e administração com 22,57%.

De acordo com a Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) (2016), o Pará é o terceiro estado que mais contribuiu para o saldo positivo da balança comercial nacional, ressaltando o aumento dos valores exportados da categoria de produtos minerais. A Região Norte tem se destacado no setor de mineração, sendo um dos seus principais precursores de crescimento.

No Brasil, o estado do Pará é o segundo que mais recebe investimentos do ramo, representando 21,93% do total. No estado se encontram as duas maiores jazidas da região, que estão localizadas em Oriximiná e na Serra dos Carajás. Em 2015, 84,3% das exportações paraenses foram resultado das indústrias de mineração e transformação mineral. China e Estados Unidos estão entre os maiores destinos desses produtos (SIMINERAL, 2018).

Segundo IBGE (2016), na pecuária, o estado do Pará possui o principal rebanho da região Norte do Brasil, destacando a bubalinocultura, sendo o maior rebanho do país, com mais de 500 mil cabeças, e a bovinocultura, tendo o 5º maior efetivo do país, possuindo mais de 20 milhões de cabeças. O Pará ainda conta também com a criação de aves, suínos, equinos, ovinos e caprinos.

A ampliação dessa atividade no estado possui alto potencial, pois a região contém vários fatores que a favorecem, como: boas condições climáticas e grande extensão territorial, entre outras (MINERVINO et al., 2008). O crescente desempenho do estado na pecuária nacional deve-se também a modernização tecnológica que vem ocorrendo no seu sistema de produção, na melhoria genética do rebanho, no manejo das pastagens e principalmente na sanidade animal.

Com relação à agricultura o estado é um grande produtor de mandioca, soja, banana, pimenta-do-reino, cacau, dendê, abacaxi e laranja (IBGE, 2016). Atualmente, o estado do Pará desponta como maior produtor nacional de mandioca, pimenta-do-reino, abacaxi e dendê.

3.2 DADOS UTILIZADOS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Para efetuar as análises, foram utilizados dados obtidos através da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) e os dados referentes ao orçamento municipal disponibilizados pelo Tesouro Nacional, a partir do banco de dados das Finanças do Brasil (Finbra), além do PIB e PIB *per capita*, consultado no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Todos os dados com valores monetários foram corrigidos pelo Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna (IGP-DI) com o objetivo de eliminar o efeito inflacionário, permitido aferir o crescimento real das variáveis.

Para avaliação do desenvolvimento econômico desses municípios, foi consultado o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), referente aos anos de 2005 a 2016. Esse índice foi criado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) e acompanha o desenvolvimento de mais de cinco mil municípios brasileiros, com base nas informações do Ministério do Trabalho, Educação e Saúde, englobando três áreas: Emprego & Renda, Educação e Saúde (FIRJAN, 2018).

Este índice é calculado sob a ótica das três áreas essenciais do desenvolvimento humano, que são a educação, saúde, emprego e renda. Possui periodicidade anual, recorte municipal com abrangência dos 5.565 municípios brasileiros e utilizam-se exclusivamente as estatísticas públicas oficiais (SANTOS et al., 2017).

O IFDM varia de zero a um, sendo que, quanto mais próximo de um, mais desenvolvida é a localidade. Municípios com índice inferior a 0,4 são considerados com baixo desenvolvimento; os que apresentam índices entre 0,4 e 0,6 enquadram-se em desenvolvimento regular; locais em que o índice está entre 0,6 e 0,8 são classificados com desenvolvimento moderado e os municípios com índice superior a 0,8 são considerados com alto desenvolvimento.

Para analisar a relação entre o crescimento e o desenvolvimento dos municípios paraenses foi estabelecida comparação entre os resultados do IFDM referente aos anos de 2005, 2010 e 2016. Dessa forma, é possível verificar se houve avanço significativo, no desenvolvimento socioeconômico dos municípios em questão.

4 RESULTADOS

Em 2005, a microrregião de Belém apresentou o maior valor de PIB real, com R\$ 31.028.072,15 e o menor PIB foi registrado para microrregião de Portel com R\$ 567.917,97, seguido de Arari, Almeirim e Furos de Breves (Tabela 1).

A microrregião de Portel possui a atividade extrativa madeireira bastante explorada no município, mas que agrega pouco valor, enquanto que a atividade do açaí gera maior retorno econômico, destacando-se na economia local, gerando emprego e renda para a população. Além disso, a microrregião ainda é voltada para a pecuária, com a criação de bovinos e principalmente de bubalinos, além da agricultura de subsistência.

Os dados avaliados das atividades econômicas da microrregião de Portel podem ter refletido no resultado do PIB *per capita* (Tabela 2) analisado neste estudo, onde mesmo apresentando uma taxa de crescimento do PIB acima da média estadual, não houve maior incremento do PIB *per capita*.

Tabela 1. Produto Interno Bruto (PIB) real (em mil reais) por microrregião do estado do Pará de 2005 a 2016 e sua taxa geométrica de crescimento (%aa).

Microrregiões	2005	2016	TGC (%aa)
Óbidos	2.386.594,39	3.877.389,00	4,51
Santarém	3.891.956,25	6.842.117,00	5,26
Almeirim	895.751,68	816.921,00	-0,83
Portel	567.917,97	1.244.231,00	7,39
Furos de Breves	914.078,60	2.027.975,00	7,51
Arari	636.750,36	1.186.281,00	5,82
Belém	31.028.072,15	44.315.549,00	3,29
Castanhal	2.602.415,60	5.145.601,00	6,39
Salgado	1.113.594,81	1.991.174,00	5,43
Bragantina	1.892.792,89	3.915.765,00	6,83
Cametá	1.983.907,04	4.242.822,00	7,15
Tomé-açu	2.009.305,85	3.435.120,00	5,00
Guamá	2.253.842,21	4.298.555,00	6,05
Itaituba	1.553.334,59	3.173.857,00	6,71
Altamira	2.094.565,14	5.734.218,00	9,59
Tucuruí	4.695.421,25	6.846.963,00	3,49
Paragominas	3.120.232,50	5.751.323,00	5,72
São Félix do Xingu	1.036.243,27	3.018.421,00	10,21
Parauapebas	6.567.985,26	16.329.217,00	8,63
Marabá	3.881.229,42	7.987.891,00	6,78
Redenção	2.170.664,83	3.970.120,00	5,64
Conceição do Araguaia	1.109.173,67	1.916.498,00	5,10
Pará	78.405.829,73	138.068.008,00	5,28

Fonte: IBGE, 2018.

No ano de 2016, a microrregião de Belém continuou apresentando o maior valor do PIB, com R\$ 44.315.549,00, ressaltando que apenas o município de Belém contribuiu com R\$ 29.426.953,00 deste valor, evidenciando a sua grande importância não só para o PIB da microrregião, mas também do estado do Pará.

A microrregião de Belém é composta por 6 municípios: Ananindeua, Barcarena, Belém, Benevides, Marituba e Santa Barbara do Pará. Depois do município de Belém, destacou-se Ananindeua e Barcarena, com R\$ 6.710.890,00 e R\$ 5.012.997,00, respectivamente. Atualmente, Ananindeua tem sua economia predominantemente voltada ao setor terciário, ou seja, o setor de serviços, em seguida se destaca o setor industrial, tendo como o ramo de atividade predominante, o madeireiro (ARAÚJO, 2012).

No município de Barcarena, Silva et al. (2017) destacam o predomínio do setor industrial, iniciado com a implantação do projeto Albras-Alunorte, em 1985. Entretanto, com o

passar dos anos, outras cadeias produtivas também foram ganhando relevância para a economia municipal, destacando-se a extrativismo madeireiro, pecuária e a soja, produzida em outros municípios, mas exportada pela empresa Bunge e pelo terminal da Terfron (TRINDADE JR et al, 2016).

Almerim foi a única microrregião que apresentou taxa de crescimento negativa. Essa microrregião é composta por apenas dois municípios. Sua economia está baseada predominantemente no setor industrial, relacionado especificamente as atividades do Grupo ORSA/Jari Celulose, e de serviços. O desempenho negativo do PIB no período ocorre justamente em decorrência de queda da atividade industrial. A agropecuária e a produção florestal também possuem participação no PIB municipal, mas em menor proporção, se fazendo importante para a segurança alimentar das populações rural e urbana do município.

Tabela 2. Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* das microrregiões do estado do Pará de 2009 a 2015 e sua taxa geométrica de crescimento (%aa).

Microrregiões	2009	2011	2013	2015	TGC (%aa)
Óbidos	51.048,83	60.977,09	92.394,71	92.478,17	10,41
Santarém	49.126,36	49.733,25	82.273,02	79.817,35	8,43
Almerim	22.023,03	23.394,08	24.446,26	27.218,27	3,59
Portel	18.458,08	17.529,47	29.283,89	26.781,88	6,40
Furos de Breves	20.525,13	22.645,40	37.393,96	47.786,29	15,12
Arari	36.292,60	37.650,90	51.247,40	51.735,48	6,09
Belém	117.853,50	112.265,15	104.865,77	132.793,26	2,01
Castanhal	36.165,17	38.200,26	65.543,16	64.161,43	10,03
Salgado	57.645,31	61.293,03	81.832,68	80.007,35	5,62
Bragantina	73.953,73	80.024,63	127.510,19	111.198,94	7,03
Cametá	35.483,81	38.129,49	70.239,38	70.608,00	12,15
Tomé-açu	34.698,27	33.198,45	59.054,63	51.880,87	6,93
Guamá	72.061,53	78.272,30	122.824,26	113.176,46	7,81
Aveiro	37.364,22	48.206,41	64.346,82	70.940,28	11,28
Altamira	62.797,26	68.741,57	136.454,32	172.711,55	18,37
Tucuruí	70.885,56	79.075,10	90.707,88	92.528,08	4,54
Paragominas	63.941,83	67.348,61	101.492,81	103.087,12	8,29
São Félix do Xingu	62.892,37	86.563,08	83.132,47	92.807,18	6,70
Parauapebas	134.133,51	353.748,65	318.811,36	226.361,15	9,11
Marabá	49.984,96	49.541,95	61.013,55	66.096,13	4,77
Redenção	85.030,80	92.217,17	111.135,05	132.316,96	7,65
Conceição do Araguaia	42.624,68	55.250,04	57.552,81	56.607,03	4,84

Fonte: FAPESPA, 2018.

Nos dados da Tabela 2, pode-se observar que as microrregiões de Altamira e Furos de Breves apresentaram maior taxa de crescimento, com 18,37% e 15,12%, respectivamente. Porém, ao verificar os valores do PIB *per capita* de Furos de Breves, observa-se que são inferiores quando comparados com outras microrregiões, refletindo em baixos progressos na microrregião cuja economia depende fortemente do extrativismo de produtos florestais madeireiros e não madeireiros.

Na década de 1970, a microrregião de Altamira era constituída somente pelos municípios de Altamira e Senador José Porfírio, naquela época a dinâmica econômica girava em torno do extrativismo vegetal. Após a criação de outros municípios na microrregião, sua economia foi redimensionada, tendo como base atual a mineração e a agropecuária (FERNANDES et al., 2009).

É possível observar também, que todas as microrregiões apresentaram taxa de crescimento positiva, entretanto, a microrregião de Belém, onde se encontram os maiores

valores de PIB, apresentou um crescimento de apenas 2,01%, refletindo em um baixo crescimento econômico.

Ao analisar os gastos públicos (Tabela 3) com saúde e educação nas microrregiões, nota-se que houve uma elevação do ano de 2005 para 2016, refletindo o crescimento dos recursos das três esferas de governo para esses fins no período analisado. Segundo Thomaz et al (2002), é necessário investir para se obter uma educação e saúde de qualidade, melhorando a capacidade do indivíduo, principalmente com relação as suas escolhas pessoais, ajudando assim no seu bem-estar. Entretanto, deve-se também administrar as finanças públicas de modo que os gastos possam proporcionar maiores níveis de desenvolvimento, eliminando os fatores negativos externos.

A microrregião de Parauapebas apresentou maior taxa de crescimento tanto para saúde, quanto para educação, com 11,10% e 17,33%, respectivamente, em razão dos ganhos de royalties que o município recebe em contrapartida a exploração de minério de ferro pela empresa de mineração Vale, dispendo assim de mais recursos que outras microrregiões. Scarpin et al. (2007), ressalta que ao analisar o progresso de um país não pode ser levado em consideração apenas o dinheiro que as pessoas possuem, a saúde, educação, segurança, entre outras condições de bem-estar devem estar presentes na hora da análise de desenvolvimento.

Tabela 3. Gastos públicos com saúde e educação (em mil reais) por microrregião do estado do Pará de 2005 a 2016 e suas taxas geométricas de crescimento (%aa).

Microrregião	Saúde		Educação		TGC Saúde (%aa)	TGC Educação (%aa)
	2005	2016	2005	2016		
Óbidos	40.415.398	81.631.419	82.313.883	329.345.172	6,60	13,43
Santarém	131.711.568	200.794.934	195.236.803	883.841.574	3,91	14,71
Almerim	19.284.769	32.758.239	36.534.252	116.633.625	4,93	11,13
Portel	14.530.906	26.840.092	51.141.334	198.793.870	5,74	13,14
Furos de Breves	18.614.392	30.635.355	51.131.720	154.462.944	4,63	10,57
Arari	20.414.978	41.870.918	50.330.651	203.317.884	6,75	13,53
Belém	819.301.692	1.166.049.744	477.674.035	1.689.514.799	3,26	12,17
Castanhal	72.962.296	136.206.206	85.942.247	216.897.989	5,84	8,78
Salgado	36.432.419	64.890.067	76.268.412	191.705.114	5,39	8,74
Bragantina	56.705.834	124.426.248	97.674.617	491.840.992	7,41	15,83
Cametá	65.301.439	113.504.645	149.268.660	686.156.316	5,15	14,87
Tomé-açu	46.671.045	73.636.732	124.149.498	620.646.131	4,23	15,75
Guamá	67.313.022	118.124.192	133.909.446	570.245.581	5,25	14,08
Itaituba	53.376.695	94.848.877	121.016.688	430.251.576	5,37	12,22
Altamira	34.047.914	59.000.777	73.253.241	261.216.422	5,13	12,25
Tucuruí	89.497.907	141.665.784	145.652.141	550.996.364	4,26	12,86
Paragominas	71.898.049	141.463.527	94.787.610	497.422.602	6,35	16,27
São Félix do Xingu	34.011.083	75.426.156	57.496.251	288.123.659	7,51	15,78
Parauapebas	88.198.130	280.628.918	120.906.774	701.254.276	11,10	17,33
Marabá	88.001.389	166.271.783	109.223.191	506.438.220	5,95	14,96
Redenção	51.777.071	85.437.241	81.542.085	292.673.396	4,66	12,32
Conceição do Araguaia	29.128.167	59.140.674	48.857.403	193.734.868	6,65	13,34
Pará	885.322.460	1.734.671.825	1.519.948.264	6.499.603.505	6,31	14,12

Fonte: Tesouro Nacional, 2018.

Para os gastos em saúde, a microrregião de Belém apresentou menor taxa de crescimento (3,26%), entretanto, é que apresenta a maior relação de médicos para cada dez mil habitantes, com 53,39, isso pode ser explicado devido ser a região no entorno da capital e

apresentar mais infraestrutura urbana e recursos que as outras microrregiões, além de concentrar grande parcela da população estadual. Na educação as microrregiões de Castanhal e Salgado exibiram taxas de crescimento próximas, com 8,78% e 8,74%, respectivamente, sendo as menores para este componente. De acordo com Thomaz et al. (2002) “o investimento no capital humano, se bem distribuído e direcionado para os pobres, pode facilitar a inclusão social, podendo ajudá-los a transpor os obstáculos sociais e aumentar sua produtividade”.

Ao se analisar o vínculo empregatício paraense (Tabela 4), observa-se que houve uma queda no número de empregos formais no ano de 2015-2016 no estado do Pará. Paula et al (2017), afirmam que nestes dois anos, a economia enfrentou uma série de situações, como ajuste fiscal, crise hídrica, desvalorização da moeda, entre outros, contribuindo para a redução do crescimento econômico. Inúmeras outras consequências secundárias potencializaram essa crise, como aumento do desemprego, aumento na taxa de juros, redução dos investimentos públicos entre outros.

Tabela 4. Empregos formais nas microrregiões do estado do Pará os anos de 2012 a 2016.

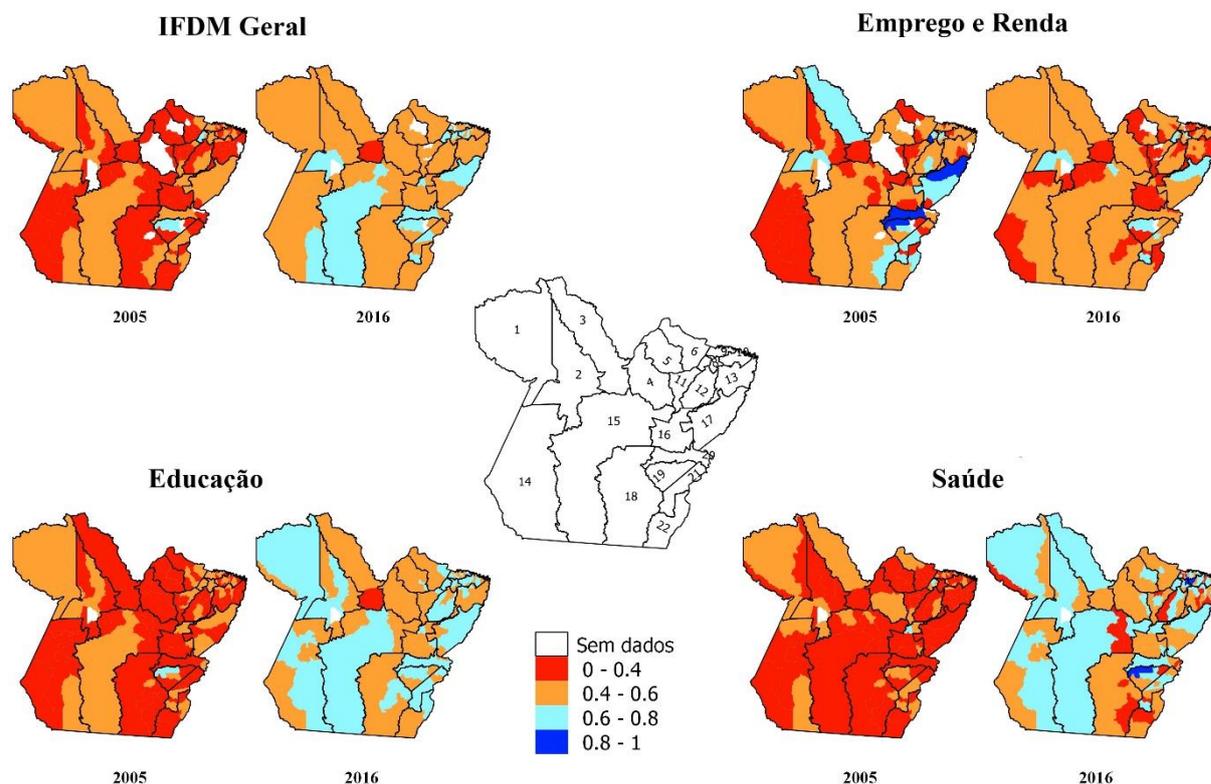
Microrregião	2012	2013	2014	2015	2016
Óbidos	17.289	17.368	16.685	17.440	16.026
Santarém	46.799	49.583	54.033	53.688	52.159
Almerim	8.617	9.439	7.439	6.804	6.150
Portel	5.223	4.231	6.100	6.760	5.641
Furos de Breves	12.089	12.823	10.691	11.608	6.933
Arari	7.103	6.517	7.089	6.405	6.998
Belém	514.885	543.941	542.764	537.093	518.706
Castanhal	44.279	45.466	44.230	39.671	43.130
Salgado	13.290	12.885	15.330	12.370	14.805
Bragantina	62.480	68.746	73.881	73.732	67.722
Cametá	22.966	25.125	25.665	25.881	20.934
Tomé-açu	31.491	28.817	36.736	34.736	32.325
Guamá	21.486	23.571	26.251	25.702	22.651
Itaituba	15.299	17.154	17.691	19.247	18.575
Altamira	38.167	54.285	61.078	47.140	32.343
Tucuruí	30.002	30.999	27.622	29.554	26.811
Paragominas	36.468	36.281	37.937	38.011	35.732
São Felix do Xingu	15.772	16.419	15.446	16.477	14.274
Parauapebas	61.528	69.787	71.371	75.996	67.946
Marabá	47.082	53.572	51.404	50.450	46.201
Redenção	13.985	14.664	15.262	15.946	15.287
Conceição do Araguaia	12.015	10.843	11.504	10.940	10.497
Pará	1.080.327	1.154.529	1.178.223	1.157.666	1.083.862

Fonte: FAPESPA, 2018.

Segundo IBGE (2018), a taxa geométrica de crescimento do número de emprego formal no estado do Pará nos anos de 2012 e 2016, mostra que nem todos os setores apresentaram real crescimento. Apenas o setor de serviços e comércio exibiu aumento na taxa de crescimento, com 4% e 2%, respectivamente. Já a agropecuária, indústria e construção civil exibiram queda de 1%, 6% e 26%, respectivamente.

Os dados da Tabela 4 mostram ainda que a microrregião de Belém foi a que apresentou maiores valores na participação de emprego formal do estado do Pará durante os anos analisados, por outro lado, as microrregiões de Portel e Arari, são as que apresentam menor participação, isso pode estar relacionado com o fato de o setor primário, que é a base econômica dessas duas microrregiões, ser constituído de populações tradicionais como ribeirinhos, extrativistas, dentre outros (CARVALHO, CRUZ, CALVI; 2019), que utilizam predominantemente mão de obra familiar e baixo número de contratações formais.

Figura 1. Índice Firjan de desenvolvimento municipal IFDM e seus componentes dos municípios do estado do Pará nos anos de 2005 e 2016.



Fonte: Elaboração própria.

A partir da Figura 1, pode-se verificar que o componente Emprego e Renda teve uma queda no seu valor médio, passando de 0,3462 para 0,3043 em onze anos. Em 2005, 31 municípios exibiram baixo desenvolvimento, passando para 44 em 2016. Observa-se na Figura 1 que em 2005, Barcarena, Marabá, Paragominas e Parauapebas estavam na faixa de 0,8 a 1, apresentando assim, alto desenvolvimento. Essas microrregiões são influenciadas diretamente por explorações minerais, ou no caso de Paragominas por ser referência no setor de comércio e serviços, principalmente o município de Paragominas (SANTOS, 2017). Entretanto, em 2016, nenhum município apresentou alto desenvolvimento e os que se encontravam nessa faixa passaram a exibir desenvolvimento moderado, com exceção do município de Marabá, classificado com desenvolvimento regular. Esse resultado certamente está vinculado com a retração econômica ocorrida no país e no estado, ocasionando redução do crescimento econômico e consequentemente recessão com aumento de desemprego, redução dos investimentos públicos entre outras implicações (PAULA et al.; 2017).

O componente Educação passou de um valor médio de 0,2667 em 2005, para 0,4195 em 2016. No ano de 2005, 75 municípios paraenses apresentaram baixo desenvolvimento para esse componente, 65 possuíam desenvolvimento regular e 1 exibiu desenvolvimento moderado, sendo ele Parauapebas. Em 2016, apenas Porto de Moz apresentou desenvolvimento baixo, com 0,3827 e 77 municípios exibiram desenvolvimento moderado.

O componente Saúde aumentou a sua média nos anos analisados, passando de 0,2459, em 2005, para 0,4050, em 2016. Os municípios de Jacundá, Santo Antônio do Tauá e São João do Araguaia destacaram-se negativamente, em 2005, por terem os menores índices de IFDM para saúde, sendo 0,1511, 0,1601 e 0,1436, respectivamente. Após onze anos, todos os três municípios mencionados anteriormente evoluíram e passaram a ser classificados com nível de desenvolvimento regular.

Para o mesmo componente, em 2005, Belém e Tucuruí foram os únicos municípios que estavam classificados como desenvolvimento moderado, se mantendo em 2016, mas atrás de outros municípios que tiveram um destaque maior, são eles: Castanhal (0,8184), Igarapé-açu (0,8814) e Parauapebas (0,8453).

Os resultados de crescimento dos índices de saúde e educação decorrem certamente da expansão dos gastos públicos nesse período, apesar da crise econômica a partir de 2015 (PAULA et al.; 2017). No tocante aos gastos em educação é relevante ressaltar que os investimentos nesta área e precisamente na educação pública proporcionam alto retorno na geração de emprego e renda, portanto esses investimentos são importantes para o desenvolvimento do estado do Pará (SESO FILHO; GUILHOTO; 2011).

5 CONCLUSÕES

A análise dos indicadores de crescimento econômico mostra que a renda *per capita* teve uma taxa média de crescimento de 8,05%, refletindo em crescimento econômico nas microrregiões do Pará no período analisado.

A microrregião de Belém se mostra como a mais desenvolvida do estado em termos socioeconômicos. Apesar de essa microrregião ter exibido crescimento de renda *per capita* inferior às demais, abrange cinco municípios com índice moderado de desenvolvimento e apenas um com desenvolvimento regular.

Foi possível perceber que, a Educação e Saúde foram as dimensões que mais elevaram sua participação na composição do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, enquanto o componente Emprego e Renda diminuiu sua participação no período de 2005 a 2016, destacando que tanto a melhoria na educação, quanto o crescimento econômico não foram capazes de aumentar as condições de geração de emprego e geração/distribuição de renda no estado do Pará, nos anos analisados.

Pode-se afirmar que os gastos públicos nas funções saúde e educação apresentaram crescimento ao longo dos anos analisados e que podem explicar a melhoria dos indicadores de desenvolvimento municipal do estado do Pará. Entretanto, as disparidades regionais presentes no território paraense ainda são muito evidentes, pois muitas microrregiões apresentaram grandes oscilações nos indicadores analisados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso, A.; Ebert, W.; Schuknecht, L.; Thone, M. (2005,). Quality of Public Finances and Growth. European Central Bank, Working Paper Series, p. 438.
- Amitrano, C. R. (2013). Regimes de crescimento, restrição externa e financeirização: uma proposta de conciliação. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 2 (48), ago., p. 285-316.
- Araújo, F. S. S. (2012). Breve análise de trinta anos do Distrito Industrial de Ananindeua no contexto econômico local: 1979 – 2009. In: Congresso Norte-Nordeste de Pesquisa e Inovação (CONNEPI), 7, Palmas. Anais
- Araújo, A.; Monteiro, V. B.; Morais, G. A. S. (2014). Gastos públicos e crescimento econômico: evidências da economia do estado do Ceará. *Revista Ciências Administrativas*, Fortaleza, v. 20, n. 1, p. 11-40.
- Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras. Série Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: PNUD. 2014. 120 p.
- Barro, R. J. (1991). Economic Growth in a Cross Section of Countries. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 106, n. 2, mai, p. 407-443.
- Bresser-Pereira, L. C. (2017). Desenvolvimento econômico, sofisticação produtiva e valor-trabalho. FGV-EESP, São Paulo. 3-16 p.
- Carvalho JPL, Cruz BEV, Calvi MF. (2019). Política agrária e o ordenamento territorial no Marajó, Pará. Mercator (Fortaleza) vol.18 Fortaleza 2019 Epub Sep 09, 1-16. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-22012019000100210&script=sci_arttext> Acesso em: 05.03.2020.

- Devarajan, S.; Swaroop, V.; ZOU, H. (1996). The composition of public expenditure and economic growth. *Journal of Monetary Economics*, USA, feb., p. 313-344.
- Divino, J. A.; Silva JR, R. L. S. (2012). Composição dos Gastos Públicos e Crescimento Econômico dos Municípios Brasileiros. *Economia*, Brasília, v. 13, n. 3, set/dez, p.507–528.
- Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará. (2019). Anuário Estatístico do Pará 2018. Belém, 2018. Disponível em: <<http://www.fapespa.pa.gov.br/menu/158>>. Acesso em: 28 jan.
- Fernandes, S. C. L.; Vale, M. S. M.; Oliveira, E. A. A. Q.; Dias, N. W. A. (2009). Evolução Espacial da População da Microrregião de Altamira, no Estado do Pará. In: XIII Encontro Latinode Iniciação Científica, IX Encontro Latino Americano de Pós-Graduação e III Encontro Latino de Iniciação Científica Junior. Anais... São José dos Campos: Universidade do Vale do Paraíba,. p. 1-5.
- Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal. (2018). Disponível em:<<https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/>>. Acesso em: 13 dez..
- França, A. M. (2012). Os Modelos de Crescimento e de Desenvolvimento Econômico e sua aplicabilidade nas Economias Regionais Não Desenvolvidas. *Revista Lumen et Virtus*, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 81-122.
- Furtado, C. (1974). O Mito do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: 3ª ed.. 92 p.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). IBGE Cidades. 2016. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em: 01 dez..
- _____. (2019). IBGE Cidades. 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em: 03 dez..2019
- _____. (2018). Pesquisa Pecuária Municipal. 2018. Disponível em:<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pecua/>>. Acesso em: 29 nov..2018
- _____. Produto Interno Bruto Municipal. 2018. Disponível em<<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas>>. Acesso em: 22 dez. 2018.
- _____.(2018) Produção Agrícola Municipal. 2018. Disponível em<<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Acesso em: 12 dez. 2018.
- Marinho, E.; Neto, P. M. J. (1999). Gastos públicos e condições de vida nos municípios do estado do Ceará. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro 33 (3), mai/jun. p. 139160.
- Medeiros, A. L.; Santos, L. B.; Andre, C. M. G. (2018). Desenvolvimento Municipal das Microrregiões do Estado do Tocantins: uma análise a partir do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal. *Desenvolvimento em Questão*, Rio Grande do Sul, v. 16, n.45, out/dez, p. 44-62.
- Milone, P. C. (2004). Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas. In:Pinho, D.B.; Vasconcelos, M.A.S. (Orgs.) *Manual de economia*. São Paulo:Saraiva,. 524 p.
- Minervino, A. H. H.; Cardoso, E. C.; Ortolani, E. L. (2008). Características do sistema produtivo da pecuária no município de Santarém, Pará. *Acta Amazônica*, Manaus, v. 38 (1), p. 11-16.
- Neduziak, L. C. R.; Correia, F. M. (2017). Alocação dos gastos públicos e crescimento econômico:um estudo em painel para os estados brasileiros. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro 51(4), jul/ago, p. 616-632.

- Oliveira, G. B. (2002). Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista FAE, Curitiba*, v.5, n. 2, p. 37-48.
- Oliveira, D. M.; Barden, J. E. (2015). O que é desenvolvimento? *Rev. Cienc. Gerenc., Londrina*, v.19, n. 29, , p. 8-16.
- Paula, L. F.; Pires, M. (2017). Crise e perspectivas para a economia brasileira. *Revista de Estudos Avançados, São Paulo*, v. 31, n. 89, , p. 125-144.
- Prearo, L. C.; Maraccini, M. C.; Romeiro, M. C. (2015). Fatores determinantes do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios do Estado de São Paulo. *Revista Brasileira de Políticas Públicas, Brasília*, v. 5, n 1, p. 133-156.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2013). Desenvolvimento humano e IDH..Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx?indiceAccordion=0>>. Acesso em: 16 dez. 2018.
- Rocha, F.; Giuberti, A. C. (2007). Composição do gasto público e crescimento econômico uma avaliação macroeconômica da qualidade dos gastos dos Estados brasileiros. *Economia Aplicada. Ribeirão Preto*, v. 11, n. 4, , p. 463-485.
- Rodrigues, R. V.; Teixeira, E. C. (2010). Gasto Público e Crescimento Econômico no Brasil: Uma Análise Comparativa dos Gastos das Esferas de Governo. *Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro*, v. 64, n. 4, out/dez, p. 423–438.
- Santos, N. B.; Faria, A. M. M.; Dalemolle, D; Manso, J. R. P. (2017). Desenvolvimento e crescimento econômico das macrorregiões de Mato Grosso nos anos 2005 e 2013. *INTERAÇÕES, Campo Grande*, v. 18, n. 3, p. 169-182.
- Santos, Valdeci Monteiro dos. (2017). A Economia do sudeste paraense: evidências das transformações estruturais. In: *Desenvolvimento regional no Brasil : políticas, estratégias e perspectivas / Organizadores: Aristides Monteiro Neto, César Nunes de Castro, Carlos Antonio Brandão - Rio de Janeiro : Ipea, 127-155. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9000>>. Acesso em: 05.03.2020.*
- Scarpin, J. E.; SLOMSKI, V. (2007). Estudo dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. *Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro* 41(5), set/out, p. 909-933.
- Schwartzman, S. (2006). Educação e pobreza no Brasil. *Cadernos ADENAUER VII, São Paulo*, v. 2, , p. 9-37.
- Sen, A. (2010). *Desenvolvimento como liberdade. Tradução Laura Texeira Motta; Revisão Técnica Ricardo Donielli Mendes. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, . 461 p.*
- Sesso Filho, U.A. e J.J.M. Guilhoto. (2011). Productive Structure of the Pará region: An Input-Output Analysis (Estrutura Produtiva Do Pará: Uma Análise De Insumo-Produto). *Munich Personal RePEc Archive*, 1-25. Disponível em: <<https://mpra.ub.uni-muenchen.de/30732/>>. Acesso em: 06.03.2020.
- Sindicato das Indústrias Minerais do Estado do Pará. (2018). 7º Anuário Mineral do Pará. . Disponível em: <<http://simineral.org.br/nossas-acoes/anuarios/anuario-digital>>. Acesso em: 27 jan 2019.
- Souza, N. J. de. (2012). *Desenvolvimento Econômico. 6º ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, , 69 p.*
- Silva, L. D. C. da; CRUZ, M. S. da; IRFII, G.(2013). Gastos Públicos e Crescimento Econômico: uma análise para os municípios paraibanos. *Rev. Econ. NE, Fortaleza*, v. 44, n. 3, jul/set , p. 741-760.

- Silva, C. N. da; REIS, J. F. G.; SILVA, J. M. P. da; PORTO, J. L. R.; LIMA, R. A. P. da; (2017). Uso do território e implicações socioterritoriais da mineração no Município de Barcarena (Pará Brasil): População, arrecadação e segurança pública. *Rev. Espacios. Venezuela*, v. 38, n. 6, , p. 24-40.
- Tesouro Nacional. (2018). Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro SICONFI.. Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf>. Acesso em: 24 dez 2018.
- Thomas, V.; Dailami, M.; Dhreshwar, A.; Kaufmann, D.; Kishor, N.; López, R.; Wang, Y. tradução Élcio Fernandes. (2002). *A Qualidade do Crescimento*. São Paulo: Editora UNESP, 298 p.
- Trindade J. R., S. C. C.; Barbosa, E. J. S. (2016). Reestruturação metropolitana na Amazônia oriental: empreendimentos econômicos e dispersão urbana na área de influência imediata de Belém. *Geosp – Espaço e Tempo (Online)*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 349-363.
- Veiga, J. E. (2001). O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 101-119.